

Ciência e Tecnologia na Amazônia durante a ditadura militar: o desenvolvimento em perspectiva

Ciencia y Tecnología en Amazonía durante la dictadura militar: el desarrollo en perspectiva

Science and Technology in Amazon during the military dictatorship: development in view

AUTORES

Pere Petit*

petitpere@hotmail.com

Tayanná Santos de Jesus Sbrana**

santostaay@gmail.com

* Professor titular da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil).

** Professora EBTB de História do Instituto Federal do Pará (IFPA, Brasil).

RESUMO:

O presente artigo analisa dimensões do desenvolvimentismo efetuado durante a ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), tendo como enfoque o estado do Pará. Analisamos escritos de cientistas situados em instituições de promoção de projetos de desenvolvimento, como Sudam, BASA e NAEA, para entender as recepções, reinterpretações e críticas feitas às políticas públicas dos governos militares na Amazônia, tendo a Ciência e a Tecnologia como um dos principais campos a partir dos quais os projetos de desenvolvimento econômico e social seriam justificados e implementados. O referencial teórico se alimenta dos debates, nas áreas de História e Sociologia, a respeito de conceitos como Amazônia, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. O *corpus* de fontes é formado por trabalhos acadêmicos, livros e artigos, observados a partir da metodologia da Análise de Discursos.

RESUMEN:

Este artículo analiza las dimensiones del desarrollismo impulsado durante la dictadura militar en Brasil (1964-1985), con foco en el estado de Pará. Se examinan los escritos de científicos vinculados a instituciones dedicadas a promover proyectos de desarrollo, como la Sudam, el BASA y el NAEA, con el objetivo de comprender las recepciones, reinterpretaciones y críticas realizadas a las políticas públicas de los gobiernos militares en la Amazonia, siendo la ciencia y la tecnología uno de los principales campos desde los cuales se justificarían e implementarían los proyectos de desarrollo económico y social. La base teórica se nutre de los debates, en las áreas de Historia y Sociología, en torno a conceptos como Amazonia, desarrollo, ciencia y tecnología. Las principales fuentes utilizadas han sido trabajos académicos, libros y artículos, abordados desde la metodología del Análisis del Discurso.

ABSTRACT:

This article analyzes the dimensions of developmentalism promoted during Brazil's military dictatorship (1964–1985), focusing on the state of Pará. It examines the writings of scientists affiliated with institutions dedicated to promoting development projects, such as Sudam, BASA, and NAEA, with the aim of understanding the receptions, reinterpretations, and criticisms directed at the public policies of the military governments in the Amazon. Science and technology were among the main fields from which economic and social development projects were justified and implemented. The theoretical framework draws on debates in the fields of history and sociology concerning concepts such as the Amazon, development, science, and technology. The main sources used include academic works, books and articles, analyzed through the methodology of Discourse Analysis.

1. Introdução

O Brasil, país de dimensões continentais, possui em sua configuração uma multiplicidade de experiências históricas que compõem territórios variados. Contudo, apesar das diferenças que permeiam a constituição nacional brasileira, podemos identificar um dos vários discursos que unificam mentes e corpos em torno de uma narrativa abrangente. Esse discurso é o desenvolvimentista¹, no qual o conceito de desenvolvimento é compreendido, de forma geral, como aquilo que nos levaria para uma realidade melhor, positivada, superior, em contraposição ao presente conflituoso e atrasado.

Herdeiro do progresso do século XIX e de seu par constitutivo, a catástrofe (Benjamin, 2012; Esteva, 2000), o desenvolvimento aciona elementos de longa duração no imaginário social e está presente nas mais variadas falas, desde governantes a pessoas comuns. Essa narrativa abrangente desvanece os conflitos: o desenvolvimento tem fornecido alguns dos principais elementos que sustentam a unidade brasileira em torno de objetivos futuros. Ancorado nas perspectivas da tecnologia e da ciência, bem como no aprofundamento do capitalismo, o desenvolvimento responde a um questionamento: a realidade brasileira é passível de transformação? Desenvolver, portanto, seria o caminho, uma necessidade inescapável².

Os contornos que o desenvolvimento assume na contemporaneidade foram delineados em momentos anteriores e, nesse artigo, apresentaremos elementos para a compreensão desse processo a partir da análise de discursos de cientistas que estiveram inseridos em instituições de promoção de projetos de desenvolvimento durante a ditadura militar (1964 a 1985), enfatizando como diretrizes centrais de implementação do desenvolvimento acionadas a partir de uma compreensão de Ciência e Tecnologia foram estabelecidas.

Nesse sentido, buscamos apresentar uma estratégia coletiva de utilização da ciência e da tecnologia como ferramentas e meio para conquistar o desenvolvimento na Amazônia durante a ditadura militar, a partir da atuação complexa de cientistas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento. Certamente, existem conflitos intelectuais que são também conflitos de poder, pois “toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos” (Bourdieu, 2004, p. 41).

O recorte espacial é a Amazônia brasileira, localmente o estado do Pará, que sediou instituições como a Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), o Banco da Amazônia S/A (BASA), o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp). Cada uma delas, direcionada a setores específicos de atuação, recebeu diretrizes advindas dos governos militares referentes às formas de consubstanciar os projetos de desenvolvimento na Amazônia, e os cientistas, acionando suas diferentes vinculações e capitais, reproduziram, reinterpretaram e/ou criticaram essas orientações, contribuindo para a construção de versões amazônidas do desenvolvimento durante o período³.

Metodologicamente, operamos com a análise de discursos a partir dos trabalhos de Pere Petit (2003) e José D’Assunção Barros (2004). O primeiro compreende que os discursos são práticas sociais dirigidas a um público específico e devem ser analisados vislumbrando o momento histórico no qual foram produzidos, para “tentar compreender os objetivos perseguidos (...) pelos diferentes atores” (Petit, 2003, p. 251). O segundo observa que o texto é um objeto de significação e um objeto de comunicação cultural entre sujeitos, sendo definido, na primeira

PALAVRAS-CHAVE

**Desenvolvimento;
Amazônia; ciência
e tecnologia;
ditadura militar.**

PALABRAS CLAVE

**Desarrollo;
Amazonia; ciencia
y tecnologia;
dictadura militar.**

KEYWORDS

**Development;
Amazon;
scientists; Science
and Technology;
military
dictatorship.**

Recibido:
19/01/2023

Aceptado:
09/10/2023

dimensão, pela organização ou estruturação que o faz uma totalidade de sentido, e, na segunda dimensão, como um objeto de comunicação que se estabelece entre um destinador e um ou muitos destinatários. A História deve, portanto, considerar o texto a partir dessa dualidade. Também observaremos os escritos dos intelectuais como relatos que nos auxiliam a perceber “como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas”, conforme Gayatri Spivak (2010, p. 48).

Para alcançar nosso objetivo, partiremos da análise de trabalhos acadêmicos, sobretudo monografias de especialização defendidas no NAEA, nos primeiros anos após a sua criação, e artigos publicados nas revistas *SUDAM Documenta* (1969 a 1979); *SUDAM Documenta e Informa* (1977 a 1979); *Revista Econômica do BASA* (1970 a 1972); e *Cadernos NAEA* (1976 a 1994). As fontes foram levantadas nos acervos físicos e virtuais da Biblioteca Professor Inocêncio Machado Coelho (Sudam), Biblioteca José Marcelino Monteiro da Costa (NAEA) e no acervo virtual da Biblioteca do Banco da Amazônia. Ao todo, elencamos 18 monografias e 110 artigos, escolhidos mediante o recorte temático Amazônia, Desenvolvimento e Desenvolvimentismo, Ciência e Tecnologia (C&T).

2. Escalas de compreensão para a análise do desenvolvimento

A primeira definição a ser perseguida para compreender os caminhos do desenvolvimento no estado do Pará durante a ditadura militar é a de Amazônia. Ao longo do tempo, por diversas vezes foram constituídos os elementos que povoam essa categoria. Amazônia brasileira, Amazônia Clássica, Amazônia Legal, Amazônia Oriental e Ocidental, Pan-Amazônia, ligadas ao exercício de poder por diferentes grupos, bem como a reivindicação de legitimidade nos debates, que constituem o espaço como um campo a ser conquistado. Conquista, aqui, é uma palavra relevante, pois remete aos projetos de atuação dos grupos em conflito diante de um fenômeno.

Nas fontes analisadas, encontramos referências à Amazônia Clássica, composta pelos estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Amazônia Legal, por sua vez, é bastante utilizada na documentação, e engloba outros estados e além dos referidos: Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão⁴. Em alguns textos, como *Ecologia e desenvolvimento da Amazônia*, de Clara Pandolfo (1982), percebemos uma disputa em torno do acionamento de Amazônia Clássica, contraposta à Amazônia Legal. Essa utilização refletia, no escrito, outro conflito entre a cientista e grupos que denunciavam degradações ambientais derivadas de grandes projetos no Pará e no Maranhão.

Também há, de maneira geral, uma visão homogeneizadora, externa à região⁵, que a representa como “Natureza, como Floresta, como Atrasada, como Reserva de Recursos, como o Futuro do Brasil” (Porto Gonçalves, 2015, p. 9). Seria “mais uma imagem sobre a região do que da região” (Porto Gonçalves, 2015, p. 12). Vista como lugar do passado, mais natural do que humana, a Amazônia também seria uma questão de soberania nacional, passando pelo debate ecológico, como espaço a ser preservado. Precisaria, ainda, de uma reorganização societária, da tutela de agentes superiores, conhecedores dos caminhos do desenvolvimento, pois a última fronteira onde deve existir uma natureza intocada e povos que remetem às nossas raízes ancestrais precisa ser preservada – possivelmente para funcionar como recurso (Porto Gonçalves, 2015).

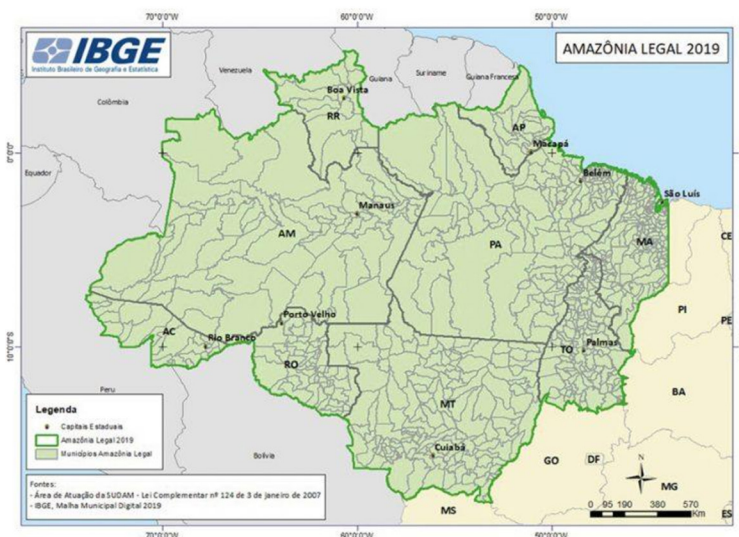


Figura 1. Amazônia Legal. Fonte: IBGE, 2020. Recuperado em 4 de novembro de 2022, de <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta.php#mapa222992>.

Para compreender essas visões a respeito da Amazônia e como elas são recebidas localmente, acionaremos o debate a respeito das escalas. De acordo com Jacques Revel (2010), a variação de escalas beneficia a pesquisa histórica pois, para compreender os processos ou fenômenos do mundo social em sua complexidade, é necessário apreendê-los em diversos níveis. Um significado histórico não está situado apenas no nível macro ou micro, “situa-se em todos os níveis em que pode ser identificad[o]”. “Fazer uso de escalas de observação”, nas palavras do historiador, “significa levar em consideração formas de descontinuidade presentes no mundo social efetivo. Toda realidade histórica maior (...) assume com certeza sua forma e seu sentido numa pluralidade de mundos sociais” (Revel, 2010, p. 443).

As definições a respeito da Amazônia produzidas a partir de instituições como Sudam, BASA e NAEA devem ser interpretadas levando em consideração que as instituições passam por superposições, pois os agentes muitas vezes transitam entre elas, a partir de cargos que ocupam, bem como de interpretações que partilham. Comumente se tem considerado um conjunto de manifestações ligadas a uma instituição como algo único e homogêneo, a partir das quais se tira uma norma ou lógica comum. Contudo, para Revel (2010), as experiências individuais, observadas a partir das variações de escala, nos ajudam a entender as nuances dentro desses fenômenos gerais, constitutivos deles. Existem negociações a partir dos agentes, e isso traduz a atuação das instituições.

E, ainda, para compreender como os processos de desenvolvimento são implementados no Pará durante a ditadura militar, deve-se observar as influências das teorias do desenvolvimento na análise dos cientistas. A principal característica das teorias do desenvolvimento, conforme Theotônio dos Santos (1998, p. 9), é de “conceber o desenvolvimento como adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna”, que tem como características a “busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional”.

Após os anos 1950, quando a teoria do desenvolvimento alcançou seu momento mais radical, a questão do desenvolvimento tornou-se um “modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas” a serem efetuadas conforme uma série de preceitos em condições ideais (Dos Santos, 1998, p. 11). Não podemos desconsiderar, ainda, que o desenvolvimento deve ser entendido como um modelo a partir do mundo europeu, permeado por violências.

Por intermédio desses debates, podemos compreender os atravessamentos da experiência amazônica diante dos processos de desenvolvimento. O lugar amazônico não é apenas um espaço de destino dos projetos de desenvolvimento, mas de negação das especificidades amazônicas nesses processos, desconsiderados em suas proposições de sentido, interpretações intelectuais, arranjos de poder. Além disso, negam-se as experiências no espaço e no tempo, muitas vezes subsumidas aos fenômenos globais, como o sistema capitalista, por intermédio do imaginário desenvolvimentista.

Nesse artigo, as escalas de compreensão contidas no debate que empreendemos com os cientistas da Sudam, BASA e NAEA nos autorizam a pensar de que maneiras, durante a ditadura militar, constitui-se uma transformação de múltiplas vivências e sentidos contidos na Amazônia como um recurso a ser explorado pelo poder central, nos termos e parâmetros do desenvolvimentismo. A escrita dos cientistas está perpassada por esses debates, e surgem em suas narrativas relações variadas, em dinâmicas de acomodação e/ou enfrentamento ao estabelecido como único caminho, o desenvolvimento.

3. Desenvolvimentismo, ciência e tecnologia durante a ditadura militar

Ditadura militar, ditadura empresarial-militar, regime militar e outras definições são adotadas pela historiografia para designar o período desde 1964 a 1985, com variações na extensão do recorte temporal (Melo, 2012). Optamos por utilizar ditadura militar pela ênfase nos elementos militares na condução do golpe de Estado

de 1964 e na governança durante todo o período. Contudo, não desconsideramos a participação de outros setores da sociedade civil e do Estado brasileiro em apoio ao golpe e à ditadura.

Subdividimos as políticas públicas dos governos militares nos territórios da Amazônia Legal a partir da criação da Sudam até 1985, em três momentos diferentes, ainda que todos eles alimentados pelos objetivos geopolíticos e pela ideia da Amazônia como território “vazio” a ser ocupado e utilizado para o “desenvolvimento nacional”.

O primeiro seria pautado pela mudança, em 1966, da política de incentivos fiscais que ampliava a política de substituição de importações, até então restrita às atividades industriais, para projetos agropecuários, com o intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência, ambas consideradas, junto ao sistema de aviação, como principais responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico da região e da sua escassa integração ao mercado nacional.

No segundo momento, entre 1970 e 1974, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici, foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre, entretanto diminuía, especialmente entre 1972 e 1974, as ajudas econômicas do governo federal para projetos agropecuários e, sobretudo, industriais.

No terceiro momento, a partir de meados dos anos 1970, o governo federal, em substituição ao modelo cepalista que inspirou os discursos e as práticas da Spvea e as desenvolvidas nos primeiros anos de existência da Sudam, orientou sua intervenção econômica baseado nas vantagens comparativas de que dispunha a Amazônia em relação a outras regiões do país.

Durante a ditadura militar, o desenvolvimentismo, por meio de seus agentes, promoveu políticas e programas pensados de fora para dentro, especialmente para os dois espaços que precisavam ser “resolvidos”: Nordeste e Amazônia. No primeiro documento referente ao planejamento brasileiro do período, as *Metas e Bases para a Ação*, seguido do *Plano de Integração Nacional* (PIN), ambos de 1970, apresentou-se uma estratégia para solucionar “problemas antigos”, como o isolamento amazônico e a falta de terras para a população do Nordeste.

Para isso, os governos militares elaboraram políticas de desenvolvimento a partir de um discurso justificador modernizante, caracterizado por “forte controle do Estado sobre a economia, num processo imposto, sem participação popular e excludente tanto em termos de classes e grupos sociais, quanto em termos regionais” (Sant’Ana Júnior, 2002, p. 77). Esse processo desencadeou uma industrialização acelerada, que consolidou o parque industrial brasileiro e direcionou o país ao *status* de economia mundial elevada, contudo, “sem alterar, ou melhor, até mesmo aprofundando, as seculares desigualdades econômicas, sociais e regionais que caracterizam o país”, numa integração subalterna ao desenvolvimento econômico brasileiro (Sant’Ana Júnior, 2002, p. 77).

Conforme Rodrigo P. de Sá Motta, “o Estado construído após o golpe de 1964 representou tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias” (2014, p. 15). Ocorreu, contraditoriamente, um processo de modernização em setores econômicos e administrativos voltados para a aceleração da industrialização do país e melhorias na máquina estatal. A modernização conservadora consistiu, para as universidades e centros de pesquisa ligados a elas, no fomento a ações em busca de eficiência, expansão de vagas, “reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação”, gerando resultados variados. Como afirma Peter Weigel:

A trajetória da Ciência na Amazônia pode ser considerada como um fato recente (...). Esta afirmação assenta-se na constatação em que apenas a partir de 1966 as atividades científicas e tecnológicas na região recebem atenção ampliada e estruturada, com estabelecimento de uma divisão do trabalho entre as instituições existentes e contemplando já a criação de outros centros de pesquisa, além

do crescimento de recursos financeiros, físicos e humanos e a definição de políticas públicas para seu direcionamento. Acontecimentos anteriores, entretanto, precisam ser considerados. Na segunda metade da década de 1940, tentou-se implantar, em Manaus, o Instituto Internacional da Hileia Amazônica – IHA (...). Em 1950 é criado o Conselho nacional de Pesquisas – CNP (...). Em 1952 é abandonada a ideia de implantação do IHA e criado o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – Inpa (...). A sua criação coincide com a implantação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – PVEA (...). O Inpa foi implantado finalmente em 1954, dando início à tradução do discurso promissor do CNPq para a dura realidade amazônica (Weigel, 2001, pp. 269-270).

Para este projeto modernizador, deveriam ser cumpridas duas funções: formar profissionais para as atividades econômicas e criar novas tecnologias. Na Amazônia e, especialmente, no Pará, isso possibilitou a criação de instituições de incentivo e execução de projetos, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), sucessora da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), o Banco da Amazônia (BASA), sucessor do Banco de Crédito da Borracha, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA, na UFPA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp).

Os agentes ligados a essas instituições comumente transitavam entre elas e partilhavam debates, dotando ao desenvolvimento paraense e amazônico contornos particulares referentes à trajetória do agente, suas vinculações profissionais e políticas e as adequações, reinterpretações e/ou recusas em relação ao discurso desenvolvimentista hegemônico.

No Pará, foi de capital importância a atuação dos técnicos da Sudam, do BASA, do Idesp e do NAEA. As duas primeiras instituições, com vinculação direta ao governo central, apresentavam projetos e debates em consonância à compreensão de desenvolvimento hegemônica, estando à frente da constituição de projetos a partir de programas como I, II e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, desdobrados dos planos nacionais de desenvolvimento (I, II e III PND).

A institucionalização da Operação Amazônia se deu em três estágios: no primeiro, já em dezembro de 1965, foram estendidos à Amazônia Legal todos os incentivos fiscais e creditícios; em setembro e outubro de 1966 foram votadas as leis básicas; e, por fim, em fevereiro de 1967 foi criada, por meio do decreto-lei nº 288, a Zona Franca de Manaus (Carvalho, 2012, p. 77).

A Sudam e o BASA foram criados em 1966, num processo de intensificação das ações do governo federal na Amazônia Legal. A partir da Sudam foi apresentado o plano *Operação Amazônia* (1966 e 1967), e ocorreu a elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971).

Decorreram, dessas instituições, variados estudos em prol da implementação de projetos de desenvolvimento na Amazônia, nos termos de sua viabilidade econômica, política e social. Nesse artigo, os cientistas vinculados à Sudam são Fernando Costa Silva, Clara Pandolfo, Sebastião Rabello Mendes Filho e Paulo de Tarso P. Alvim; e ao BASA, José Marcelino Monteiro da Costa e Nelson de Figueiredo Ribeiro.

O NAEA foi criado em 1973 como uma instituição de pesquisa vinculada à academia, situado na Universidade Federal do Pará (UFPA). Fruto da expansão das atividades de pesquisa na Amazônia, ocorrida na década de 1970, mesmo período em que foram ampliadas as manifestações de insatisfação com a Ditadura. A criação do Núcleo remete à Reforma Universitária de 1968, tendo como marco de início a realização do *I Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM I), em fevereiro de 1973, o primeiro projeto de pós-graduação do núcleo, em nível de especialização (Moreira, 2018).

De acordo com Armando Dias Mendes, um dos fundadores do Núcleo, a instituição buscava entender a Amazônia de forma geral, não em partes, refletindo a Amazônia “em toda a sua multifacetada complexidade, não a sua geografia física ou a geografia humana e social – o complexo amazônico” (Moreira, 2018, p. 277). A particularidade do Núcleo estaria num “esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando à amazonização da academia em nossa região” (Moreira, 2018, p. 235). Aqui, os cientistas vinculados ao

NAEA são Antonio Walmir Fiock da Silva, Augusto Bento Serra, Francisco M. Vasconcelos Filho, Lindalva da Costa Teixeira, Paulo Roberto da Costa Chagas, Rosa Elizabeth Acevedo Marim, Aladyrce Tavares, Clóvis Maia, Maria Norma Colares, Francisco Dávalos e Armando Dias Mendes.

As instituições de ensino e pesquisa paraenses criadas no período ou ampliadas em sua atuação e financiamento estavam inseridas numa estratégia de povoar a Amazônia de sentido. Verificou-se a necessidade de incentivar um protagonismo de cientistas paraenses/amazônidas na construção intelectual de projetos de desenvolvimento mediante o acionamento da ciência e da tecnologia como meios de transformação da realidade social, mas, a nosso ver, um protagonismo subalterno. Para a socióloga Violeta R. Loureiro (2021), o sentido, portanto, era o de transformar a Amazônia em um recurso para o desenvolvimento brasileiro, bem como domesticar a floresta e suas gentes a partir da ciência e da tecnologia. Ou seja, nos termos encontrados na documentação analisada, racionalizar os processos⁶.

Racionalizar se associaria a transformar fenômenos, sociedades e grupos humanos que estivessem num estágio “inferior” de desenvolvimento para um estágio “superior” ou “melhor”, portanto, numa vinculação estreita com os objetivos do desenvolvimento, de forma geral. Essa transformação viria por meio do incremento tecnológico, da mudança de hábitos, do incentivo à construção de novos modos de pensar e agir, considerados adequados ao novo mundo desenvolvido que precisaria ser desenhado para a Amazônia.

Nos anos 1970, a ciência passa a ser compreendida cada vez mais como ciência e tecnologia (C&T), alinhada com os objetivos do Estado. Nos anos 1980, com a ascensão do modelo neoliberal, a iniciativa privada tornou-se grande promotora desses processos, presente na execução de pesquisas científicas (Ávila, 2019). Nos escritos analisados, ciência e tecnologia são entendidas como chaves de transformação.

Cabe aqui, ainda, compreender as disputas narrativas em torno do desenvolvimento a partir da localização dos cientistas numa fronteira, ou limite, no qual estão posicionados acionamentos de sentidos variados e conflitantes (Mignolo, 2003). Se, por um lado, existe uma diretriz hegemônica, advinda do poder central, que canaliza seus esforços em lançar para a Amazônia projetos de desenvolvimento e, nisso, legitimá-los a partir de construções discursivas que incutam na população e seus agentes a necessidade de apoio a tais projetos, por outro, os cientistas encontravam-se numa tarefa ambígua de responder a esse chamado ou criticar a atuação por vezes desastrosa para populações subalternizadas, alvo da supressão que chegava com os grandes projetos, ou ainda das desigualdades provocadas pelas políticas de migração “espontânea”.

É estabelecida uma questão crucial para esses agentes: como responder aos chamados dos governos militares, situados em instituições criadas pelo Regime, e aos anseios locais, variados e também contraditórios? Estando num limite, entendemos que ocorria uma enunciação fraturada (Mignolo, 2003), que reagia ao discurso hegemônico de formas próprias, reproduzindo, reinterpretando e/ou criticando as diretrizes do poder central conforme as problemáticas apresentadas localmente. Cabe destacar, seguindo Loureiro (2021; 2022), que a produção intelectual paraense, embora profícua, muitas vezes foi desconsiderada pelos agentes do poder vigente, ainda que apresentassem dados que demonstravam a necessidade de um olhar acurado em se tratando da promoção de projetos de desenvolvimento na Amazônia. Questionamos, nesse sentido, quais falas seriam as autorizadas, quais interpretações eram entendidas e reconhecidas como válidas para comporem o referencial de constituição dos grandes projetos.

4. Agentes do desenvolvimento: técnicos e políticos

As primeiras monografias de especialização defendidas no FIPAM I do NAEA traduzem algumas das perspectivas relacionadas ao desenvolvimento no período. Duas delas, *Modelos de Políticas para a Amazônia* (Silva, Serra, Vasconcelos Filho, Teixeira, Chagas & Marim, 1973) e *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações* (Tavares, Maia, Colares & Dávalos, 1974), apontam para a atuação dos cientistas do NAEA, inseridos num debate que demarcou a posição da instituição como crítica aos

projetos de desenvolvimento, contudo, sem romper com sua suposta necessidade para a transformação da Amazônia. Os primeiros trabalhos, normalmente de natureza analítica e propositiva, apresentam o que seria uma proposta do Núcleo, no sentido de uma ação continuada a fim de prestar “à Amazônia serviços da mais alta relevância” (Silva *et al.*, 1973, p. V).

Nas monografias referidas são acionados discursos como a carência de especialização dos trabalhadores e das instituições na Amazônia, em contraposição a uma abundância de recursos, verificados também em outros escritos. A saber, haveria uma “insuficiente mão-de-obra necessária aos tratos culturais” em meio à “grande dispersão demográfica” (Silva *et al.*, 1973, p. 5), e também uma disponibilidade de recursos naturais “facilmente acessíveis ao elemento nativo” que satisfariam suas “limitadas necessidades”, tendo “subtraído ao homem amazônico a oportunidade de um estímulo que justificasse uma tomada de posição capaz de levá-lo a outro meio de vida mais racional que o simples e primitivo sistema da coleta” (Silva *et al.*, 1973, p. 10). Para Fernando C. Silva, tais carências eram maiores:

De um lado, temos a total falta de **interesse pelo povo**, ou em outras palavras, a população no seu termo mais amplo não se identifica com este tipo de problema. Também no setor privado, **as indústrias não têm maiores interesses**, muitas vezes por inteiro desconhecimento, **falta de formação empresarial**, ou então por **insuficiência de recursos financeiros**. Pode-se identificar ainda uma falta de tradição e cultura tecnológica inerentes, decorrência explicável a partir da formação de nossa própria estrutura social. Por outro lado, **faltam às universidades pessoal científico e técnico que possibilite o desempenho das tarefas de educação e pesquisa** pois, para tanto, é necessário que se disponha de tecnologistas de alto nível (Silva, 1969, p. 52, grifos da autoria).

O estigma da falta, encontrado em quase todos os escritos analisados, povoa os discursos. A ausência de uma pesquisa científica especializada e “racional”, bem como uma deficiência na atuação das instituições de promoção do desenvolvimento, como a Sudam, seriam exemplos dessa difícil realidade. Contudo, faltaria também um olhar advindo do governo central brasileiro para a realidade amazônica e suas especificidades. Para alguns autores, algumas carências se relacionavam à persistência do extrativismo monocultor, pois o “extrativismo amazônico” seria “tecnicamente obsoleto, economicamente pouco produtivo e socialmente desumano”, com ultrapassados métodos que poderiam ser aperfeiçoados:

Na maioria dos casos o seringueiro não é autossuficiente nem mesmo nos itens básicos de alimentação de sua população. Alega-se, por um lado, a incompatibilidade de horários e métodos de trabalho entre a atividade agrícola e extrativista. Por outro lado, não será menor o obstáculo da mentalidade extrativista (...). O extrativismo também isola o homem da civilização e condena-o a uma vida degradante (Mendes, 1971, p. 6).

Os resultados desse extrativismo seriam analfabetismo, incultura, doença, deterioração dos costumes e dependência do barracão, gerando os “escravizados do sistema”. A superação dessas carências, por meio do desenvolvimento, encontraria resistências, como “a das estruturas mentais alicerçadas durante séculos na prática predatória da natureza, na reprodução rápida do capital empregado, no seu consumo suntuário e desperdício” (Mendes, 1971, p. 6). Tais processos criavam uma “sociedade politicamente débil”, necessitando da “formação de líderes para a sociedade amazônica” a fim de que pudessem disputar com os pares do centro-sul nas arenas do planejamento do desenvolvimento brasileiro (Ribeiro, 1971, p. 43).

O Sebastião Rabello Mendes Filho observava as falhas da política nacional de ciência e tecnologia vigente, que concedia “pequeno apoio ao exercício das atividades do inventário e da possibilidade de aplicação prática de sua descoberta e invento, tendo em vista as necessidades nacionais e regionais” (Mendes Filho, 1969, p. 113), o que poderia ser superado a partir de uma cooperação entre o NAEA e seu instituto equivalente na Universidade Federal do Amazonas. Ou seja, faltavam incentivos, bem como o interesse nacional em criar meios de prover a região de sua própria iniciativa em ciência e tecnologia em prol do desenvolvimento.

Para promover o desenvolvimento regional seria necessário “instrumentar a decisão, dando-lhe uma base racional”, e “tornar o mais racional possível a posição do planejamento num modelo decisório que viesse ao encontro das aspirações da coletividade amazônica” (Silva *et al.*, 1973, p. 120). Os autores, nesse sentido, tecem uma crítica aos rumos da economia regional, vista como dependente, derivada dos equívocos em sua elaboração e condução pelos grupos regionais:

A atuação política e a estrutura dos grupos do poder amazônico, parecem aceitar como alternativa viável ao desenvolvimento, uma estratégia via dependência. É admissível que forças econômicas possam reforçar com maior vigor essa tendência (...). Sob uma ótica mais generalizada, o planejamento parece não harmonizar a elaboração e definição de um processo nacional, onde fique delineada uma estratégia de mudança na Região (Silva *et al.*, 1973, p. 95).

O isolamento econômico e a marginalidade política dos agentes políticos regionais na cena nacional são apontados pelos autores como mecanismos de reforço da dependência, o que geraria uma distribuição desigual do crescimento da renda regional entre os estratos. Em seu texto justificam o planejamento como forma de alcançar o desenvolvimento regional, a fim de “introduzir a nível de experimentação, revisão e modificações, tentativas que acabarão por envolver transformações econômicas, sociais e políticas na medida em que a própria estrutura de poder condicione uma participação dos grupos sociais” (Silva *et al.*, 1973, p. 93).

Nas monografias, a classe política e suas formas “atrasadas” são responsabilizadas por entraves ao desenvolvimento amazônico, contrapostas à grande empresa, apresentada como possibilidade de salvação, mesmo com as críticas tecidas às vantagens concedidas aos empresários do centro-sul. Desse modo, a ação planejadora necessitaria de transformações consideráveis nas formas de efetivação das políticas de desenvolvimento a partir do Estado. Embora o campo político seja considerado como “uma variável de extrema relevância, que não pode e nem deve ser alijada do órgão de planejamento, sob o risco da falácia dos planos elaborados”, apontam falhas na atuação política de gestores governamentais (Silva *et al.*, 1973, p. 24).

A saber, a administração dos municípios aparece, no texto, como um dos mais graves problemas da região, necessitando de uma “orientação racional e efetiva”, para que fossem retiradas de si “uma série de deficiências e anomalias que, sem dúvida, constituem um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da Região como um todo” (Silva *et al.*, 1973, p. 69).

A diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam, Clara Pandolfo, numa defesa da exploração econômica da floresta, rogava ao empresariado amazônico que respondesse ao órgão de desenvolvimento, congregando-se

em termos de efetivar esse arrojado empreendimento, que assinala a 1ª iniciativa para o aproveitamento global da floresta, indubitavelmente a solução mais viável para que essa floresta venha atingir a plenitude de sua expressão econômica (Pandolfo, 1969, p. 60).

No campo da produção de conhecimentos técnicos e científicos, os autores falam de uma “falta de estudos de base com alta consistência científica e específicos da região” (Silva *et al.*, 1973, p. 90). Para suprimir tal falta, deveria ser formado pessoal técnico e especializado na própria Amazônia, aliando C&T a um conhecimento da realidade local, além de uma “reestruturação das Universidades (...) ao delegar a elas as tarefas de levantamento e interpretação dos recursos naturais hoje ligadas aos órgãos de planejamento e/ou aos bancos de fomento”. A função das universidades, portanto, seria a de “criar, adaptar e aprimorar tecnologias”, educando “de forma direta e indireta, científica e tecnicamente” (Silva, 1969, p. 51).

A atuação de órgãos anteriores aos implementados na ditadura militar é visualizada de forma negativa em vários dos escritos analisados. A atuação da Spvea, por exemplo, é considerada como despreparada para a ação planejadora, já que “pouco ou nada sabia das modernas técnicas de planificação, e nem havia um adequado quadro técnico para gerenciar as atividades do órgão”, composto por uma “ingerência política

das representações estaduais presentes na composição do órgão (...), superior em número à representação técnica, o que constituía num evidente desequilíbrio em termos de planejamento” (Silva *et al.*, 1973, p. 34).

Para os autores, durante a existência da Spvea, “a sociedade amazônica não despertara, em sua totalidade, para a importância de um órgão planejador na área, nem para os novos horizontes que a sua implantação abria”, e a Sudam, que a sucedeu, possuía poder decisório inferior, o que trouxe “grandes dificuldades à satisfatória atuação do órgão, em destaque a reconhecida insuficiência do elemento humano, sobretudo qualitativamente (escassez de técnicos, por exemplo)” (Silva *et al.*, 1973, pp. 39; 43). Além disso, um fraco poder decisório e dependência de recursos haviam entravado os propósitos da Spvea. Parece-nos que os aspectos anteriormente enfocados (fraco poder decisório e dependência de recursos) constituíram exatamente os maiores problemas enfrentados pelo órgão para uma atuação mais consentânea com os propósitos que inspiraram a sua criação.

Havia também uma visão um pouco mais otimista em relação à Sudam, possivelmente referente ao contexto de escrita do texto. Contudo, ainda que revelando as “reais potencialidades naturais da área, principal suporte do esperado desenvolvimento” (Silva *et al.*, 1973, p. 60), ainda estaria a Sudam, em quase uma década de atuação, necessitando “de uma tomada de decisão efetiva e (...) bem coordenada, dirigida no sentido de criar no homem amazônico as condições indispensáveis a enfrentar as modificações socioeconômicas que já se prenunciavam, a partir do momento em que se tenta romper aquele isolamento” (Silva *et al.*, 1973, p. 66). Aqui podemos perceber um elemento de longa duração nas representações a respeito da Amazônia: a entidade genérica denominada “homem amazônico”, que precisaria ser ensinado o ser desenvolvido.

Tavares, Maia, Colares e Dávalos (1974, p. 2) apresentam a planificação como questão fundamental para a implantação dos projetos de desenvolvimento, que não devem ser separados da “existência de uma política de desenvolvimento que atenda às necessidades reais – econômicas e sociais – da região e cujos objetivos, estratégias e mecanismos estejam solidamente integrados e compatíveis entre si”.

Avaliando instrumentos governamentais implementados para fomentar o desenvolvimento amazônico, os pesquisadores perceberam que as estratégias regionais adotadas não conduziram a um desenvolvimento autossustentado, concluindo pela acentuação “do fenômeno da polarização em torno do Centro-Sul devido aos aumentos nos mecanismos de dependência e pela desintegração [inter-regional], como efeitos adversos de estratégia de integração física, econômica e cultural da região” (Tavares *et al.*, 1974, p. 9).

Tal discussão está presente em todo o texto, enfatizando a falta de análise da realidade amazônica face à realidade brasileira, ambas apartadas e subjugada, a primeira, pelos objetivos de crescimento do PIB brasileiro, ao invés do desenvolvimento regional defendido pelos autores. E mais: com a implantação dos grandes projetos, verificou-se uma deslocalização para outras regiões dos “efeitos positivos” das políticas, especialmente o crescimento das economias do centro-sul, ocorrendo uma submissão das aspirações regionais aos interesses nacionais – talvez este sendo o cerne de toda a monografia.

Portanto, sugerem a execução de uma política nacional de desenvolvimento regional com efetiva participação das agências regionais de planejamento em todas as etapas, argumentando também que a ação da Sudam, como agência regional de planejamento na Amazônia, exerceu suas funções debilmente ao longo dos anos, criticando o despreparo dos técnicos e a descontinuidade de suas ações.

Os autores apontam uma série de erros referentes ao planejamento dos projetos, avaliando que os incentivos fiscais e política creditícia não encontravam estrutura institucional capaz de avaliar a viabilidade financeira econômica e social dos projetos, num reforço ao argumento da carência técnica. O texto é bastante crítico em relação à operacionalidade da Sudam, identificando uma “impossibilidade de questionamento dos aspectos técnicos do projeto, que geralmente são aceitos com todas as possibilidades de erros e incertezas naturais, se considerarmos a falta de *know-how* no próprio campo de elaboração dos projetos” (Tavares *et al.*, 1974, p. 41).

Para conciliar os objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento, portanto, seria necessário efetivar uma “política nacional de desenvolvimento regional e social que busque o ajustamento harmônico das regiões e de sociedade no contexto nacional, através de uma real participação dos principais elementos interessados no processo” (Tavares *et al.*, 1974, p. 47).

A fim de provocar transformações na realidade amazônica, alguns cientistas como Sebastião Rabello Mendes Filho, chefe da Divisão de Indústria e Comércio da Sudam, considerava a criação de um Instituto de Tecnologia da Amazônia, composto por instituições de C&T já existentes, para promover um desenvolvimento que “consulte amplamente as necessidades socioeconômicas, as realidades e os aspectos prospectivos da região, de modo a orientar a pesquisa para aqueles mais amplos objetivos de desenvolvimento nacional” (Mendes Filho, 1969, p. 114). Esse “esforço cooperativo, de tão imensa escala, que tem permitido à Amazônia conservar-se” poderia torná-la útil para o Regime, criando “no amazônica, a mística da pesquisa técnica e científica”, tornando a Amazônia cada vez mais brasileira (Mendes Filho, 1969, p. 116). As iniciativas integradas surgem ao longo das fontes como um caminho viável para esboçar uma orientação desenvolvimentista para a Amazônia em consonância com os objetivos brasileiros.

Imputando ao homem amazônico uma subalternidade a ser suprimida, surgem falas a respeito de uma inferioridade amazônica, relacionada aos muitos atrasos aos quais estava submetida a região e seu povo, derivados da permanência de modos ditos ultrapassados de viver, associados ao extrativismo e, especialmente, às “arcaicas” formas de vida ligadas à floresta, como de camponeses, ribeirinhos e povos indígenas. Ciência e tecnologia seriam a cura para esses males.

Paulo de Tarso Alvim, por exemplo, não acreditava na viabilidade do desenvolvimento agrícola da Amazônia “sem antes contarmos com instituições de pesquisas e de assistência técnica de alto nível, capazes de fornecer os subsídios indispensáveis para por fim ao lamentável estado de atraso da agricultura e às condições de pobreza em que vivem as populações daquela região” (Alvim, 1973, p. 51). Note-se que há uma espécie de crença compartilhada na ciência e na tecnologia como os caminhos viáveis para a promoção do desenvolvimento, o que só seria possível pela implementação de instituições de C&T, com técnicos capacitados para efetuar o desenvolvimento nos moldes esperados.

Para superar os atrasos, Nelson Figueiredo Ribeiro apresentava a educação como o meio de transformação. Contudo, era inválido um tipo de educação tradicional, nos termos do cientista, mas uma educação como bem de consumo e investimento, no “plano de uma arte ou ciência voltada como maximização do aproveitamento do homem”, considerada um “recurso socioeconômico do desenvolvimento” (Ribeiro, 1971, p. 44).

Para Ribeiro, planejar o desenvolvimento passava pelo planejamento educacional, devendo “vincular-se ao sistema produtivo da Região e ao aperfeiçoamento dos seus serviços econômicos, políticos e sociais” (Ribeiro, 1971, p. 44). Além disso, todos os sistemas educacionais deveriam ser revistos para “injetar-lhes o sentido ecológico e a concepção desenvolvimentista”, tendo por função transformar o discente “em um ‘produto novo’, adequado ao ambiente em que vai atuar, (...) intrinsecamente vinculado ao contexto da problemática regional” (Ribeiro, 1971, p. 45).

O fomento à ciência e à tecnologia deveria ser pensado nos termos amazônicos, a partir de instituições locais com uma visão em consonância com os objetivos gerais do Brasil. Mas também seria um processo de transformação do próprio povo amazônico, dotando de sentido onde esse carecia, ou seja, construindo realidades no dito vazio. Dessa maneira, se conseguiria “deslanchar, sustentar e consolidar o desenvolvimento” na Amazônia (Silva *et al.*, 1973, p. 113), compreendida como um imperativo nacional.

A Amazônia, nesse sentido, surge como um capítulo na história do desenvolvimento brasileiro, composto por inúmeros desajustes, resultantes do “próprio processo de planejamento a nível nacional, (...) sustentado por uma forte centralização de decisões e frágil integração política e administrativa dificultando a perfeita integração entre os problemas, necessidades e aspirações regionais e as grandes decisões políticas

tomadas” (Tavares *et al.*, 1974, p. 13). Para o poder central, a Amazônia seria encarada como um problema brasileiro quando, para os autores, ela não seria “o problema brasileiro e sim [faria] parte do grande problema brasileiro, que é a luta pelo desenvolvimento” (Tavares *et al.*, 1974, p. 13).

5. Considerações finais

Enquanto conceito histórico, o desenvolvimento tem sido interpretado de diferentes maneiras ao longo do tempo. Seus contornos, contraditoriamente, são apresentados de forma auto evidente em discursos cotidianos, acionados mediante a presença da ciência e da tecnologia como diretamente associadas à realidade do desenvolvimento. Contudo, qual seria sua definição certa? Ao longo da ditadura militar, os cientistas aqui apresentados buscaram identificar formas de transformar a Amazônia em uma região desenvolvida, cumprindo regionalmente as diretrizes nacionais, em uma dinâmica complexa de apropriação, ressignificação e/ou implementação sem ressalvas. De forma geral, estabelecia-se um consenso em torno da necessidade de desenvolver, possível porque desde antes se estabeleceram discursos a respeito do atraso amazônico e, sobremaneira, da estagnação da população diante de todas as transformações pelas quais o mundo e o Brasil vinham passando (Andrade, 2022).

Compreendemos que a atuação de cientistas nos debates a respeito de desenvolvimento e desenvolvimentismo no Pará durante a ditadura militar pode ser entendida como o processo de constituição de um consenso desenvolvimentista, que nos alcança contemporaneamente. Partimos dos escritos de cientistas, que podem ser denominados também como técnicos e, dependendo do acionamento de capital simbólico, intelectuais, que, para Jessé Souza, emitem considerações que “são fundamentais para a forma como uma sociedade escolhe e leva a cabo seus projetos coletivos” (Souza, 2010, p. 151).

Em tal processo, as representações são elementos relevantes, e palavras como Amazônia e desenvolvimento são acionadas numa disputa que envolve diferentes agentes sociais, ao longo do tempo. Propomos, a partir desse artigo, que durante a ditadura militar, herdando disputas advindas dos momentos iniciais do desenvolvimentismo brasileiro, estabeleceram-se os elementos para a constituição de um consenso desenvolvimentista no Pará – foco da análise, podendo ser estendido, mediante investigação, para outros espaços no Brasil.

Elementos como a falta de especialização técnica, instituições de produção de ciência e tecnologia, modelos educacionais dissonantes em relação aos novos tempos, permanência de velhas formas econômicas, ausência de gestores aptos a implementar o desenvolvimento são cruciais para compreender como Ciência e Tecnologia, durante a ditadura militar, foram apresentadas enquanto elementos transformadores da realidade.

E, além disso, observamos um acionamento, a partir dos discursos dos agentes políticos, empresariais e dos cientistas, de elementos justificadores do desenvolvimento, identificando na floresta – a característica uniformizadora por excelência – a mata a ser desbravada e tornada recurso. Compreendemos, assim, que o desenvolvimento assumiu os contornos de uma estrutura organizada de esquecimento, ocultando toda a complexidade de modos de existir no tempo e no espaço já vigentes antes de sua efetuação a partir de programas e projetos.

NOTAS

¹ Conforme Pedro Cezar D. Fonseca (2015), desenvolvimentismo designa, ao mesmo tempo, um fenômeno do mundo material ou um conjunto de políticas econômicas, ou práticas concretas com um núcleo comum de atributos (existência de um projeto deliberado ou estratégia objetivando o futuro de uma Nação, intervenção consciente e determinada do Estado e a industrialização como caminho para o crescimento econômico), e um fenômeno do mundo do pensamento, um “conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo” (p. 14), podendo ser expressas como discurso político ou para designar uma escola ou corrente de pensamento. As experiências históricas desenvolvimentistas tomaram vulto na América Latina após 1930, mas o pensamento econômico teórico desenvolvimentista apenas consolidou-se entre 1950 e 1960, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Assim como desenvolvimento, desenvolvimentismo possui uma polissemia.

² Nossa interpretação a respeito do desenvolvimento advém de pesquisas no campo da sociologia e antropologia do desenvolvimento, especialmente da crítica decolonial, expressa nos estudos de Arturo Escobar (2007), Gustavo Esteva (2000) e Vandana Shiva (2000; 2003). Enfatizaremos, portanto, o caráter discursivo do desenvolvimento, consubstanciado nos chamados grandes projetos implementados durante a ditadura militar na Amazônia, bem como seu componente referido ao imaginário social, a partir da definição de imaginário de Hilário Franco Júnior (2010), segundo o qual seria uma tradução histórica do conceito de mentalidades, voltado para a longa duração. O imaginário remete, contextualmente, a uma época específica, carregando elementos de períodos anteriores e recuados, presentes nos componentes simbólicos do imaginário.

³ Destacamos que não foram as únicas instituições responsáveis por pensar o desenvolvimento no período abordado, haja vista que outras importantes instituições, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o INPA, e anteriores, como a SPVEA, preocuparam-se com as dinâmicas de construção da Amazônia nos termos do progresso e, posteriormente, desenvolvimento. Contudo, especialmente Sudam e BASA S.A. são, regionalmente, responsáveis pelo direcionamento dos projetos de desenvolvimento, o que permite nosso recorte, partindo

localmente do Pará, numa dinâmica de irradiação de ideias, mas não restrito apenas a este estado. O NAEA e o IDESP também foram instituições de produção de conhecimento, situadas no Pará, mas cujos agentes partilhavam diferentes campos de atuação dentro e fora da Amazônia, construindo interpretações sobre os mais variados aspectos da Amazônia e mesmo da Pan-Amazônia.

⁴ Criada pela Lei 1.806, de 06.01.1953, o conceito de Amazônia Legal foi reivindicado para fins de planejamento pela Lei 5.173 de 27.10.1966. Recuperado em 1º de março de 2021, de <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>.

⁵ Até aqui utilizamos algumas categorias para referir à Amazônia, como *espaço*, *território*, *região* e *lugar*. Para fins explicativos, quando utilizarmos *espaço*, estaremos nos referindo ao ecúmeno; *território* à interação física e simbólica que ocorre no espaço, a partir de disputas entre grupos conflitantes; *região* à espacialização do poder, comumente referida às formas que representantes governamentais evocavam a Amazônia e o Nordeste; *lugar* como o nível micro da escala de análise, também associado ao termo *local*. Todas essas definições são acionadas a partir de Haesbaert (2010; 2021).

⁶ Não adentraremos no longo debate nas Ciências Humanas a respeito desse tema, aqui enfocando apenas as perspectivas encontradas nos escritos dos cientistas paraenses/amazônidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvim, P. T. (1972/1973). Desafio agrícola da região amazônica. *Sudam Documenta*, 4(1/4), 49-61.
- Andrade, R. P. (2022). A TVA for Amazon Forest? The making of development experts. *Diálogos Latinoamericanos*. 30. Recuperado em 24 de julho de 2023, de <https://doi.org/10.7146/dl.v30i.128047>.
- Ávila, G. C. (2019). *Ciência, objeto da História*. São Paulo: Alameda.
- Barros, J. A. (2004). Abordagens. In *O campo da história: especialidades e abordagens* (pp. 137-145). Petrópolis: Vozes.
- Benjamin, W. (2012). Sobre o Conceito da História. In S. P. Rouanet (Trad.). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 241-252). São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp.
- Carvalho, A. C. (2012). *Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia Paraense*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.
- Dos Santos, T. (2000). Primeira Parte: Da Teoria da Dependência à teoria do Sistema Mundial. In *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas* (pp. 06-61). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Escobar, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.
- Esteva, G. (2000). Desenvolvimento. In W. Sachs (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder* (pp. 59-83). Petrópolis: Vozes.
- Fonseca, P. C. D. (2015). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In R. Dathein (Org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas* (pp. 14-78). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Franco Júnior, H. (2010). O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu – reflexões sobre mentalidade e imaginário. In *Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval* (pp. 49-91). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Haesbaert, R. (2010). Por uma outra regionalização: a região como artefato. In *Regional global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea* (pp. 109-155). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Loureiro, V. R. (2021). Sbrana, T. S. J. (pesq.). *Entrevista em 20 de maio de 2021*. Ambiente Virtual.
- Loureiro, V. R. (2022). Sbrana, T. S. J. (pesq.). *Entrevista em 3 de maio de 2022*. Belém, Pará, Brasil.
- Melo, D. B. (2012). “Ditadura ‘civil-militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*. Ano XIII (nº 27). 39-53.
- Mendes Filho, S. R. (1969). Sugestões para uma política científico-tecnológica à Amazônia. *Sudam Documenta*, 2(4), 109-118.
- Mendes, A. D. (1971). A Amazônia e o extrativismo. *Revista Econômica do BASA*, 1(3), 5-7.
- Moreira, S. M. B. L. (2018). *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará* (pp. 226-237). Belém: NAEA.
- Mignolo, W. (2003). Introdução: A gnose e o imaginário do Sistema Mundial Colonial/Moderno. In *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (pp. 23-76). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Motta, R. P. S. (2015). *As universidades e o Regime Militar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pandolfo, C. (1969). Floresta Amazônica: possibilidades de exploração econômica. *Sudam Documenta*, 1(1), 54-60.
- Pandolfo, C. (1982). Ecologia e Desenvolvimento da Amazônia. *Sudam Documenta*, 4(1-2), 13-34.

Petit, P. (2003). *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu.

Petit, P. (2018). Políticas públicas do governo federal no estado do Pará da Spvea à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, 11(2), 95-122.

Porto Gonçalves, C. W. (2015). *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.

Revel, J. (2010). Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. 15(45), 434-590.

Ribeiro, N. F. (1971). Planejamento e utilização de recursos humanos no processo de desenvolvimento da região amazônica. *Revista Econômica do BASA*, 1(4), 41-53.

Sant'Ana Júnior, H. A. (2002). *Florestania: A saga acreana e o Governo da Floresta*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Shiva, V. (2000). Recursos Naturais. In W. Sachs (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder* (pp. 300-316). Petrópolis: Vozes.

Shiva, V. (2003). *Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gala.

Silva, A. W. F., Serra, A. B., Vasconcelos Filho, F. M., Teixeira, L. C., Chagas, P. R. C., & Marim, R. E. A. (1973). *Modelos de Políticas para a Amazônia*. Monografia de especialização. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Silva, F. C. (1969). Tecnologia, Industrialização, Educação. *Sudam Documenta*, 1(1), 49-52.

Souza, J. (2010). A legitimação acadêmica dos privilégios no Brasil. In A. D. Cattani (Org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Tavares, A. Maia, C. Colares, M. N., & Dávalos, F. (1974). *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*. Monografia de especialização. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

Weigel, P. (2001). O papel da Ciência do Inpa no Desenvolvimento da Amazônia. In P. Faulhaber & P. M. de Toledo (Orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência no Brasil*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.